

## **O Governo Dilma Rousseff na revista Carta Capital: uma análise do percurso gerativo nas capas da revista<sup>1</sup>**

Cadiani Lanes GARCEZ<sup>2</sup>

Juliana PETERMANN<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### **Resumo**

O presente estudo pretende descobrir como o governo de Dilma Rousseff é mostrado nas capas da revista Carta Capital através dos seus efeitos de sentido, do percurso gerativo e da ideologia. Para isso, refaz o percurso gerativo de sentido do governo Dilma Rousseff, através de uma narrativa estruturada nas capas de Carta Capital, que circularam nos dois primeiros anos de mandato de Dilma. A revista Carta Capital foi escolhida por ter declarado apoio a candidatura de Dilma Rousseff em 2010. O período a ser analisado é os anos de 2011 e 2012. O percurso gerativo será realizado com base nos níveis fundamental, narrativo, discurso e da manifestação. Conclui-se, ao final, que a revista Carta Capital mostra o governo de uma maneira positiva, apesar de em alguns momentos criticar o governo, volta a apoiá-lo após as atitudes tomadas para combater a corrupção.

**Palavras-chave:** percurso gerativo; ideologia; efeitos de sentido; Dilma Rousseff.

### **Considerações Iniciais**

Baseados em uma pesquisa anterior<sup>4</sup>, desenvolvida em meados de 2011, que teve como tema a forma como a revista Carta Capital (CC) construiu a imagem da então candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, à Presidência da República em 2010. O estudo surgiu do fato da revista, no editorial da edição 603, ter declarado abertamente que era favorável a campanha de Dilma. Este trabalho tem como objetivo descobrir como o governo de Dilma Rousseff é mostrado nas capas da revista Carta Capital através da análise do discurso, seus efeitos de sentido, do percurso gerativo e da ideologia.

A mídia brasileira não costuma expressar sua opinião claramente. A revista semanal Carta Capital vai de encontro a essa lógica e mostra claramente o ponto de vista de seu fundador e editor Mino Carta. Esse comportamento desperta a curiosidade de analisar, de entender como essa revista trata determinados assuntos. Carta Capital surgiu em 1994, seu primeiro exemplar foi para as bancas em agosto, era uma revista mensal, com a finalidade de fiscalizar o poder onde ele se manifeste, segundo Carta (2011). Nasceu baseada no tripé do bom jornalismo: fidelidade à verdade factual, espírito crítico e fiscalização do poder; aborda vários temas como economia, cultura, sociedade e política. Carta Capital começou

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Recém Formada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda na UFSM, email: [rpcadiani@gmail.com](mailto:rpcadiani@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social da UFSM, email: [jupetermann@yahoo.com.br](mailto:jupetermann@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Garcez, Cadiani Lanes. **Carta Capital e a construção da imagem de Dilma Rousseff**: o pleito eleitoral de 2010 nas capas da revista. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

mensal, dois anos depois se tornou quinzenal e finalmente em 2001 passou a ser semanal e editada por uma nova editora.

### **Situação social-política brasileira**

Em 1964 aconteceu um golpe militar, tornando o Brasil uma Ditadura Militar durante 21 anos, mas em 1980, o então Presidente da República, General João Batista Figueiredo deu início a abertura política e os partidos extintos em 1964 puderam se reorganizar e novos partidos foram criados. O Partido dos Trabalhadores estava em entre eles, formado por estudantes, intelectuais e sindicalistas, em meio a eles, Luiz Inácio Lula da Silva.

Arruda (1996) nos mostra que no final de 1983 intensificaram-se as campanhas pelas eleições diretas para presidente. Mas seu auge ocorreu em abril de 1984, quando ocorreria a votação da Emenda Dante de Oliveira, “que restabelecia as eleições diretas para presidente”. Apesar de conseguir derrubar a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, o governo ditatorial enfraqueceu e viu sua base se dividir quando chegou a hora de escolher o sucessor de João Batista Figueiredo. A Nova República teve início no dia 15 de março de 1985, de forma inusitada, Tancredo Neves ficou doente e não pode assumir, falecendo 40 dias depois, em 21 de abril. Quem assumiu a presidência foi seu vice, José Sarney.

A primeira eleição direta da Nova República aconteceu no final de 1989. No primeiro turno foram 22 candidatos à presidência. O segundo turno foi disputado por Fernando Collor de Mello e Lula. Nessa eleição encontramos forte influência midiática. Havia um empate técnico nas pesquisas, mas a edição sobre o último debate para o Jornal Nacional da Globo colocou Collor em vantagem como fala o responsável pela editoria de política, Vianey Pinheiro, no documentário *Arquitetos do poder*<sup>5</sup>.

Fernando Collor de Mello vence as eleições presidenciais do dia 17 de dezembro de 1989. Assume a presidência em março de 1990, enquanto isso o povo esperava que o “caçador de marajás” fizesse na presidência o mesmo que fez quando foi governador de Alagoas: enxugue a máquina pública e acabe com os salários exorbitantes dos funcionários públicos, conhecidos como marajás. Mas nem tudo saiu como o esperado. Em 1992 Collor sofreu um *impeachment*. Itamar Franco foi empossado presidente, com o desafio de estabilizar a economia do país. Em 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu o Ministério da Fazenda e reuniu um grupo de economistas que criaram um novo plano, com

---

<sup>5</sup> Disponível no *website* Youtube. < <http://www.youtube.com/watch?v=5JsJi1Hn-Ss>>

o objetivo de controlar a inflação e estabilizar a moeda. Foi criada a nova moeda, o Real, em 1994.

No mesmo ano, ocorreram novas eleições no Brasil e os principais candidatos são Fernando Henrique Cardoso e Lula. FHC, o pai do Real, venceu as eleições no primeiro turno, com 54,28% dos votos válidos. O Plano Real foi o grande responsável por sua vitória. Ribeiro (2012) mostra que o governo FHC foi marcado pelas privatizações. As telecomunicações, a mineração, a distribuição de energia elétrica e o setor financeiro foram privatizados. A série de privatizações enfrentou duras críticas de setores da população e principalmente do PT. Eles alegavam que algumas empresas estavam sendo beneficiadas. Em 2012, o jornalista Amaury Ribeiro Júnior lançou o livro “A privatária Tucana”, que traz documentos que provam esse favorecimento, não apenas a empresas, mas também a pessoas ligadas ao PSDB.

Em 2002, finalmente: chegou a vez de Lula vencer a eleição. A eleição de Lula foi marcada pela dúvida, sobre se Lula manteria a política econômica do país, se pagaria a dívida externa. Os investidores estavam inseguros. Após a eleição Lula honrou os compromissos do país. Segundo o *website* da Infoescola<sup>6</sup>

“seu mandato caracterizou-se pela não interrupção da estabilidade econômica do governo anterior, manutenção da balança comercial com um superávit, em fase de crescimento, e intensas negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC)”.

Apesar disso, houve um grande escândalo, que ficou conhecido como “mensalão”, onde segundo investigações um líder do governo pagava para que os deputados e senadores aprovassem propostas do governo. Em novembro de 2013 foram presos alguns dos réus do mensalão, entre eles os nomes de grande importância para o PT, como José Genoíno e José Dirceu. Lula também é reconhecido por ser o primeiro operário a tornar-se presidente de um país. Vindo do nordeste e de origem pobre, Lula não esqueceu da parte menos favorecida da população em seus mandatos. Criou o bolsa-família, uma política social, que tem por finalidade transferir renda do governo para famílias com renda inferior a R\$70,00 por pessoa e o Pro-uni, que pretende facilitar o acesso da população de baixa renda a universidade.

Foi nesse cenário, que Lula escolheu Dilma Rousseff para ser sua sucessora. Dilma nunca havia sido candidata a nada, mas tinha sido ministra de Minas e Energia, resolvendo o problema do apagão no Brasil. Após assumiu a Casa Civil, onde reestruturou a pasta

---

<sup>6</sup> Disponível no *website* da Infoescola <<http://www.infoescola.com/mandatos-presidenciais-do-brasil/governo-lula/>> acessado em 03 de dezembro de 2013.

depois dos escândalos envolvendo o ex-ministro José Dirceu. A eleição aconteceu em dois turnos, no primeiro turno os candidatos que tiveram destaque foram Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Nas primeiras pesquisas, os dois principais candidatos apareciam em empate técnico. Dilma cresceu, mas não obteve votos suficientes para vencer a eleição no primeiro turno. Dilma venceu as eleições no segundo turno com 56,05% dos votos.

Dilma se destacou no cenário político e econômico, apresentando uma boa aceitação da população, mesmo com as manifestações de julho de 2013. A aprovação pessoal de Dilma, em setembro de 2013 chegou a 54% e o percentual dos brasileiros que confiam em Dilma atingiu 52%, segundo pesquisa CNI/IBOPE, divulgada em 27 de setembro de 2013<sup>7</sup>. O cenário eleitoral de 2014 teve como principais candidatos: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que foi substituído por Marina Silva do mesmo partido, após um acidente de avião que tirou sua vida. Dilma venceu Aécio Neves no segundo turno com 51,64%.

### **Percurso gerativo**

Fiorin (2005) nos diz que a semântica tem que ser gerativa, sintagmática ou geral. A semântica gerativa “estabelece modelos que apreendam os níveis de invariância crescente do sentido de tal forma que se perceba que diferentes elementos do nível de superfície podem significar a mesma coisa num nível mais profundo” (2005, p.16). Enquanto a semântica sintagmática explica não as unidades lexicais, mas sim a produção e a interpretação dos discursos, e a semântica geral tem como postulado a unicidade do sentido, que pode ser mostrado por diversos planos de expressão.

Partindo dessa afirmação de Fiorin, vamos desenvolver as etapas do percurso gerativo, uma das características da semântica, para que possamos fazer uma análise das capas da revista Carta Capital revelando como a revista mostra o governo de Dilma Rousseff. Este se divide em quatro níveis: fundamental, narrativo, discursivo e da manifestação. Estes níveis não estão separados e nem acontecem em uma sequência lógica.

O nível fundamental fundamenta-se numa oposição, por exemplo, parcialidade e imparcialidade. Nesse nível, a sintaxe envolve duas operações: negação e asserção. Segundo Fiorin, os termos opostos de uma categoria semântica mantêm entre si uma relação de contrariedade, estes termos contrários estão em pressuposição recíproca: por exemplo, masculinidade pressupõe feminilidade.

---

<sup>7</sup>Dados da página G1, da Globo <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/aprovacao-do-governo-dilma-sobe-de-31-para-37-aponta-ibope.html>> acessado em 24 de outubro de 2012.

Temos dois tipos de elementos na sintaxe narrativa. Os enunciados de estado – que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre sujeito e objeto. Na maioria das vezes essa junção é dada por um verbo de ligação. Já os enunciados de fazer mostram as transformações ou a passagem de um enunciado de estado a outro. Como existem dois tipos de enunciados, temos dois tipos de narrativas mínimas: privação e liquidação de uma privação. Na privação, o sujeito começa em um estado de conjunção e termina num estado de disjunção, já na liquidação da privação acontece a situação contrária, vai da disjunção à conjunção. Fiorin, diz que os textos não são narrativas mínimas e sim narrativas complexas, onde “uma série de enunciados de fazer e ser (de estado) estão organizadas hierarquicamente” (2005, p.29). Ele propõe uma sequência canônica, que apresenta quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção.

Na manipulação, “um sujeito age sobre outro para levá-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa” (FIORIN, 2005, p.29). Os tipos de manipulação mais comuns são: tentação, intimidação, sedução e provocação. Na fase da competência o sujeito é dotado de um saber e/ou poder fazer para realizar a transformação central da narrativa. Já na performance ocorre a transformação da narrativa. A última fase é a sanção, nela se constata que a performance se realizou e o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Segundo Fiorin (2005) nessa fase se distribuem prêmios e castigos. Na sanção também acontecem as descobertas e revelações. Fiorin realça que essas fases não se encadeiam numa sucessão temporal, mas em virtude de pressuposições lógicas.

Na semântica do nível narrativo estudamos os valores inscritos nos objetos. Esses objetos podem ser objetos modais, representados pelo o querer, o dever, o saber e o poder fazer - elementos cuja aquisição é necessária para realizar a performance principal (FIORIN, 2005, p.37) e/ou objetos de valor, que entram em junção (conjunção ou disjunção) na performance principal.

Encontramos formas abstratas no nível narrativo, enquanto no nível discursivo essas formas são revestidas de termos que lhe dão concretude. “O nível discursivo produz as variações de conteúdos narrativos invariantes” (FIORIN, 2005, p.41). Aqui nos referimos à estrutura narrativa invariante encontrada em alguns tipos de textos. Falando em percurso gerativo de sentido, a rigor estamos falando de plano de conteúdo, segundo Fiorin, mas não há conteúdo linguístico sem expressão linguística, porque um plano de conteúdo precisa de um plano de expressão para manifestar-se. Para Fiorin, manifestação é a união do plano de

conteúdo com o plano de expressão, o autor explica que quando se manifesta um conteúdo por um plano de expressão temos um texto.

“Discurso é uma unidade do plano de conteúdo, é o nível do percurso gerativo de sentido em que formas narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos. Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto. Poder-se-ia perguntar por que diferenciar a imanência (plano do conteúdo) da manifestação (união do conteúdo com a expressão), se não existe conteúdo sem expressão e vice-versa. Essa distinção é metodológica e decorre do fato de que um mesmo conteúdo pode ser expresso por diferentes planos de expressão”. (FIORIN, 2005, p.45)

Podemos exemplificar da seguinte maneira: um livro (plano de expressão verbal) e um filme (plano de expressão pictórico e verbal) que tem o mesmo plano de conteúdo. O plano de expressão verbal terá destaque em nosso trabalho.

## **Ideologia**

Thompson propõe

conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Estabelecer querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção das formas simbólicas. (THOMPSON, 2009, p. 79).

Como forma de analisar a ideologia nos discursos, usaremos um quadro proposto por Thompson com aspectos que facilitam a identificação da ideologia nos enunciados. Para Thompson, são cinco modos como a ideologia pode operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Apresentamos abaixo uma tabela criada por Thompson (2009) para facilitar a identificação da ideologia.

### **Modos de operação da ideologia**

Modos gerais	Algumas estratégias típicas de construção simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Thompson, 2009 – p.81. Modos de operação da ideologia

Thompson esclarece que esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em algumas circunstâncias, operar de outras maneiras. Pode-se dizer ainda que certas estratégias estão tipicamente associadas com certos modos, embora toda estratégia possa servir a outros propósitos.

Vamos explicar os modos gerais de operação da ideologia, começando pela legitimação. “As relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas, como observou Max Weber, pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” (THOMPSON, 2009, p.82). Thompson continua usando o estudo de Weber para mostrar as estratégias que levam a legitimação. Este distingue três tipos de fundamentos sobre os quais afirmações de legitimação podem estar baseadas: fundamentos racionais, fundamentos tradicionais e fundamentos carismáticos. As estratégias de racionalização, são aquelas através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói um raciocínio que procura defender; já na universalização acordos que servem aos interesses de alguns são mostrados como servindo aos interesses de todos; e na narrativização as exigências de legitimação “são inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.” (THOMPSON, 2009, p.83)

O segundo *modus operandi* da ideologia é a dissimulação, quando relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem camufladas ou negadas. A dissimulação é dividida em três estratégias: deslocamento, eufemização e tropo, uso figurativo da linguagem ou das formas simbólicas, que é subdividido em sinédoque, metonímia e metáfora. A sinédoque envolve a junção semântica da parte e do todo, quando é usado um termo que está no lugar de uma parte a fim de se referir ao todo ou usa um termo que se refere ao todo para se referir apenas a uma parte. A metonímia envolve o uso de um termo no lugar de uma característica ligada a algo para se mencionar a própria coisa, mesmo que não haja conexão entre o termo e a coisa que esteja se referindo. Já a metáfora é a aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado.

Um terceiro *modus operandi* destacado por Thompson é a unificação, quando as relações de dominação podem ser formadas e apoiadas através da construção, no nível simbólico, em uma forma de unidade que liga as pessoas numa identidade coletiva, independente das diferenças que possam separá-las. A unificação pode ser expressa através da padronização/standardização ou da simbolização da unidade.

O quarto modo de operação da ideologia é a fragmentação. Neste caso, as relações de dominação podem ser mantidas não unindo as pessoas numa coletividade, mas segmentando aquelas pessoas e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio legítimo aos grupos dominantes, ou apontando forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como perverso, insolente ou ameaçador. A fragmentação, segundo Thompson (2009) pode ser dividida em diferenciação e expurgo do outro.

O quinto e último *modus operandi* citado por Thompson é a reificação, quando as relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória e histórica como se essa situação fosse permanente, natural e atemporal, envolvendo, dessa forma, a eliminação ou ofuscação do caráter sócio-histórico dos fenômenos. Pode ser expressa através da naturalização, da eternalização, nominalização e da passivização.

### **Efeitos de sentido**

“Uma mensagem nunca produz automaticamente um efeito”. (VERÓN, 2004, p.216). Verón nos diz ainda que um discurso produz um campo de efeito de sentidos e não apenas um único efeito, mas esses efeitos são encontrados na relação de entre produção e recepção. E são esses efeitos que procuraremos nos discursos nas capas de Carta Capital. Um discurso é um espaço habitado, onde encontramos os atores em determinados cenários, com determinados objetos e a função do enunciatário ao ler é movimentar esse cenário, acreditando ou não no que procura dizer o discurso. Peruzzolo ressalta que todo discurso procura persuadir seu destinatário de que é verdadeiro, usa os mecanismos discursivos para criar a ilusão de verdade, tornando as escolhas feitas e os efeitos de sentido como obra do enunciador e não mero acaso.

Nos discursos usamos como estratégia de composição o fato dos recursos de persuasão se fundamentarem na existência de um contrato de veridicção. Isso significa que o enunciador, ao construir sua fala, cria um sujeito para o qual a destina, e, neste discurso, aparecem os traços da relação entre enunciador e enunciatário, segundo Peruzzolo.

O que desenvolveremos neste trabalho é o que Verón chama de análise na produção, já que nos interessaremos pelo que acontece na produção dos discursos sem avaliarmos como a recepção entende isso. Para o melhor entendimento dos efeitos de sentido, vamos dividi-los em quatro categorias: efeitos de enunciação, efeitos de realidade ou referencialidade, efeitos de tematização e efeitos de figurativização.



“Os efeitos de enunciação são decorrentes dos modos de relação do sujeito de enunciação com o discurso”. (PERUZZOLO, 2004, p.165). Enquanto Barros (2010) nos expõe que “o sujeito de enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir” (2010, p. 54). Estudar estas projeções de enunciação é buscar examinar quais são os procedimentos usados para compor o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos.

Começemos pelas projeções de sujeito de enunciação no discurso – pelas modalidades de dizer, que opera com as pessoas e os tempos verbais. Eles são o “primeiro ponto de apoio na expressão das subjetividades, pois organizam a esfera das suas ações. Procuremos ver no texto a pessoa verbal e o tempo usado” (PERUZZOLO, 2004, p.160). A terceira pessoa e o tempo passado indicam o afastamento e a imparcialidade, enquanto a primeira pessoa indica a subjetividade e a parcialidade, que segundo Peruzzolo, também fabrica a credibilidade da experiência e/ou do fato vivido.

Os efeitos de realidade, para Barros (2010) são entendidos como as ilusões discursivas de que os fatos são coisas ocorridas, de que os seres são de carne e osso e de que o discurso apenas copia o real. Já Peruzzolo (2004) diz que

“os efeitos do real, na sua maioria, são construídos pelos procedimentos de semântica discursiva que se costuma denominar ancoragem. Trata-se de atrelar o dito a pessoas, espaços geográficos conhecidos, datas, fatos históricos, fotografias, simulações computacionais que o receptor reconhece como “reais”, como existentes. É um esforço codificante que visa tornar o sentido concreto, denotativo, de certo modo localizável, sensível, “iconizando-os”, como se fosse transcrições/cópias da realidade.” (2004, p.166)

O efeito de realidade se constrói habitualmente com processos de dar a palavra a interlocutores seja pelo discurso direto, onde se busca dar veracidade à fala repetindo-a tal e qual, ou pelo discurso indireto, que atribui a responsabilidade do dito a outro que o produz, também cria um efeito de afastamento. Também são usadas aspas para mostrar que foi outra pessoa que falou. Além disso, o uso da pesquisa de opinião busca a objetividade com o intuito de imparcialidade e cientificidade dos elementos articulados.

Já o tema é definido por Peruzzolo (2004) como

“um assunto; e assunto é uma ideia ou núcleo delas que sustenta um pensamento sobre o modo de ser, fazer, crer, sentir e/ou pensar de um sujeito ou objeto ou função. “Tema” quer dizer aquele valor ou valores de que se fala. Por isso dizemos que um tema é uma proposição de uma ideia-motivo com a qual se desenvolve uma composição significativa a respeito de sujeitos (humanos ou não, mas todo valor se define sempre em relação àqueles), feito de modo narrativo”. (2004, p.191 - 192)

Tematizar um discurso é formular valores de modo abstrato e organizá-los em percursos, é o que nos diz Barros (2010). Esses percursos são formados pela repetição de traços semânticos, conhecidos também como semas. A repetição de um termo no discurso depende, segundo Barros, “da conversão dos sujeitos narrativos em atores que cumprem papéis temáticos e da determinação de coordenadas espaço-temporais para os percursos narrativos”. (2010, p.70). Nos discursos temáticos encontramos os efeitos de enunciação, com aproximações subjetivas ou de distanciamentos objetivos, em detrimento dos efeitos de realidade, que aparecem mais nos procedimentos de figurativização.

A figura representa uma ideia ligada a algo já vivido ou experimentável. Figurativizar é fazer uma imagem para referenciar as representações vividas. Barros nos traz o conceito de figurativização como

“a instalação das figuras, ou seja, o primeiro nível de especificação figurativa do tema, quando se passa do tema a figura: a iconização é o investimento figurativo exaustivo final, isto é, a última etapa da figurativização, com o objetivo de produzir ilusão referencial” (2010, p.72)

Um discurso figurativo, segundo Bertrand (1987, p.42 *apud* PERUZZOLO, 2004, p.189), é aquele que multiplica os procedimentos de conexão das figuras entre elas mesmas, baseando a eficácia das representações concretas que sugere, sobre a densidade das ligações que faz entre as figuras internas. Através do procedimento de figurativização, as figuras de conteúdo recobrem percursos temáticos abstratos e lhe atribuem revestimentos sensoriais.

### **Metodologia**

A metodologia escolhida para analisar o *corpus* foi a análise do discurso. Para tanto, elegemos o percurso gerativo de Fiorin, para analisarmos as capas da revista em diferentes níveis. Utilizamos também o quadro proposto por Thompson (p. 81, 2009) sobre a ideologia e as formas como esta se manifesta nos discursos e, por fim, empregamos os conceitos de efeitos de sentido de Peruzzolo. Optamos por uma pesquisa qualitativa, pois podemos aprofundar mais a pesquisa e conseguir resultados qualificados em lugar de apenas números que justifiquem as hipóteses. A seleção do *corpus* aconteceu de forma aleatória, priorizando as capas que tivessem relação ou fizessem menção direta ao governo Dilma. O período escolhido compreende os dois primeiros anos do governo Dilma: 2011 e 2012. A escolha do período foi baseada no melhor aproveitamento do tempo disponível para a pesquisa.

### **Narrativa construída a partir das capas**



Edição 628 – Janeiro de 2011



Edição 632 – Fevereiro de 2011



Edição 648 – Junho de 2011



Edição 650 – Junho de 2011



Edição 654 – Julho de 2011



Edição 659 – Agosto de 2011



Edição 665 – Setembro de 2011



Edição 711 – Agosto de 2012



Edição 725 – Novembro de 2012

Em janeiro de 2011, Dilma assumiu a Presidência da República e suas primeiras horas de governo foram destaque na capa da edição 628 de Carta Capital. A não extradição de Cesare Battisti, por decisão de Lula também ganhou espaço na capa de edição 628. Logo após, a revista nos mostra que Dilma começa a mostrar seu estilo de governar. Na sequência encontramos um momento ruim do governo, segundo a capa de Carta Capital, Dilma está

passando pelo purgatório, existe uma situação de corrupção que está causando problemas ao governo e um dos homens-forte do governo está envolvido. Após a demissão de Palocci, que estaria envolvido com a corrupção e era uma continuidade do governo Lula, Dilma, de fato, toma posse e busca seu governo, com menos indicações políticas e mais indicações técnicas. Na continuação, temos uma entrevista exclusiva com Dilma, que se posiciona contra a corrupção e lembra que agora o poder militar está subordinado ao poder civil. Dilma, ainda vai a ONU e critica os EUA, expondo as novas ideias do sul. Na volta ao Brasil, Dilma enfrenta problemas com a estagnação do crescimento do país lançando um pacote de concessões ao setor privado. Já com a proximidade do novo ano, Dilma confronta os bancos, o setor elétrico e os sindicatos para que 2013 seja robusto e o país cresça a longo prazo.

### **Análise das capas**

No nível fundamental, na categoria semântica, encontramos a oposição dos valores: começa o governo Dilma, representado e a continuidade do governo Lula. Podemos dizer que o governo Dilma nas capas de Carta Capital vai de um estado de **governo omissso** para o estado de **governo atuante**. Enquanto na categoria da sintaxe percebemos a afirmação de um estado de governo omissso (quando o governo Dilma seguia as regras do governo anterior e não sabia da possível corrupção), a negação desse governo omissso (representada pelo purgatório de Dilma, momento em que a revista mostra que Dilma percebeu que não estava, de fato, governando o país) e finalmente a afirmação do governo atuante (mostrada quando a revista diz que Dilma de fato toma posse e que ela busca **seu** governo).

No nível narrativo, o governo Dilma parte de um estado de disjunção para um de conjunção, há uma liquidação de uma privação. O enunciado de fazer é representado pela revista no momento em que governo Dilma passa a ser um governo atuante, essa é a ação que leva Dilma de um estado inicial de governo omissso para o estado final de governo atuante. A transformação ocorrida aqui é que Dilma passa a governar.

Na sintaxe do nível narrativo encontramos a manipulação, que no caso do governo Dilma se dá através da sedução, quando são realçadas suas qualidades como forma de mostrar para o povo, que ele está em boas mãos, como forma de convencê-lo de que o governo é bom. Segundo Fiorin (2005), a competência se dá quando o sujeito, no nosso caso Dilma Rousseff, é dotado de um saber e/ou de um fazer capaz de transformar o objeto, no nosso caso o governo. O saber aqui é representado pelo conhecimento dos problemas do governo. A transformação (performance) aqui é apresentada na forma de um governo

omisso, em que havia corrupção, representada na pessoa de Palocci, para um governo que assume as suas responsabilidades ao saber dessa corrupção e afirma que não vai tolerá-las.. Nas capas de Carta Capital, a sansão é mostrada quando percebemos a mudança do comportamento do governo Dilma.

A semântica do nível narrativo está ligada aos valores inscritos nos objetos. Os objetos modais são expressos nas capas de Carta Capital através da descoberta da corrupção que levou o governo a assumir uma nova posição. Já os objetos de valor são encontrados na narrativa no momento em que Dilma assume de fato seu problema e entra em conjunção com aqueles que devem ser os verdadeiros objetivos de um governo.

A legitimação, que é mostrada quando as relações de dominação são consideradas legítimas, pelo fato de serem justas e dignas de apoio, através de suas estratégias. A racionalização é encontrada quando a capa da revista destaca o empenho do governo em melhorar as condições do povo. Das estratégias de legitimação encontramos apenas a racionalização. A universalização e a narrativização não são encontradas na narrativa estruturada por nós através das capas de Carta Capital.

A dissimulação é dividida em três estratégias: o deslocamento, a eufemização e o tropo. O deslocamento pode ser encontrado na narrativa apenas quando a revista emprega o termo **empacado** para qualificar o Estado, na edição 711. Na narrativa não localizamos a estratégia de eufemização. Já o tropo, que se divide em sinédoque, metonímia e metáfora. Encontramos a metonímia, quando a revista se refere a Dilma como se ela fosse todo o governo, na edição 659 e na edição 725. Podemos dizer ainda que na edição 711 há uma metáfora expressa através da imagem do elefante descontrolado que Dilma tenta governar.

A unificação divide-se em duas estratégias. A padronização/standardização não é encontrada na nossa narrativa. Já a simbolização da unidade, expressa pela identificação coletiva de um grupo, pode ser encontrada na narrativa quando a revista propõe a identificação com o governo para os leitores, já que esse governo é apresentado como se estivesse preocupado com as pessoas. A fragmentação também se divide em duas estratégias. A diferenciação não é encontrada na narrativa realizada. Já em relação ao expurgo do outro, encontramos em alguns momentos a criação de um inimigo comum.

Para finalizar a análise da ideologia, chegamos ao último modo de operação, a reificação. A reificação tem como estratégias a naturalização, a eternalização, a nominalização e a passivização. Mas não encontramos essas estratégias na nossa narrativa.

A sintaxe do nível discursivo apresenta ainda os efeitos de referencialidade e os efeitos de enunciação. Na narrativa re(construída) a partir das capas da revista, encontramos efeitos de enunciação que remetem à terceira pessoa, usualmente empregada no jornalismo para conseguir o efeito de distanciamento e objetividade. Os verbos se encontram em sua maioria no tempo presente marcando também a objetividade. Os efeitos de referencialidade ou de realidade também são localizados facilmente na narrativa. Os nomes marcam a narrativa, em todas as capas (que fazem parte do *corpus*) da revista eles aparecem, trazendo a realidade, fazendo com que o leitor possa ligá-los com outros acontecimentos.

A semântica do nível discursivo, segundo Fiorin reveste o nível narrativo com temas e figuras, dando concretude ao discurso. Os temas na nossa narrativa são expressos pelo fracasso e sucesso do governo Dilma. Enquanto a figurativização é expressa pelas figuras, que buscam ligar o discurso a realidade. Na narrativa encontramos nomes de pessoas conhecidas, que ajudam a ancorar as capas.

No nível da manifestação temos as imagens das capas e o texto verbal. O conteúdo do texto, por nós analisado, é expresso através do texto verbal produzido a partir do texto verbal das capas da revista. A narrativa procura mostrar a evolução de um governo, que passou de um governo omissos a um governo atuante, de acordo com a construção da revista. Já as imagens das capas nos mostram uma Dilma sorridente, quando toma posse na Presidência, como nas edições 628 e 632, depois as capas mostram uma Dilma que parece tensa, preocupada com os problemas que se apresentam a ela, como nas capas das edições 648 e 654. Ainda encontramos uma Dilma que expressa seriedade ao falar dos problemas e buscar soluções para os mesmos nas capas das edições 659, 665 e 725.

### **Considerações Finais**

Na construção do percurso gerativo, encontramos no nível fundamental a oposição de um governo omissos *versus* governo atuante. No nível narrativo, na categoria da sintaxe, percebemos que o governo Dilma parte de um estado de disjunção para um de conjunção, há uma liquidação de uma privação. Ainda no nível narrativo, localizamos as quatro fases da sequência canônica: manipulação, competência, performance e sansão. O nível narrativo apresenta ainda a categoria da semântica, onde encontramos os objetos modais e de valor.

No nível discursivo, encontramos a sintaxe e a semântica. Na ideologia encontramos a legitimação, a dissimulação, a unificação e a fragmentação. Já nos efeitos de enunciação localizamos no nosso estudo o uso da terceira pessoa, marcando a objetividade. Enquanto nos efeitos de referencialidade encontramos nomes de pessoas, que são ligados a

acontecimentos, e também lugares, numa ancoragem espacial, criando o efeito de referencialidade. Já na semântica, encontramos os temas e as figuras. A tematização das capas da revista é mostrada através do fracasso e do sucesso do governo Dilma. Enquanto as figuras são marcadas pela presença de nomes de pessoas e de lugares, que remetem ao fracasso e ao sucesso do governo.

Já no nível da manifestação encontramos o texto verbal e as imagens. Descobrimos neste nível, que a narrativa mostra a evolução do governo Dilma, de um governo omissivo a um governo atuante. As imagens também refletem isso.

Através do estudo, concluímos que a revista mostra o governo Dilma Rousseff de maneira positiva, apesar de em alguns momentos criticar o governo, volta a apoiá-lo após as atitudes tomadas para combater a corrupção. Encontramos evidências dessa imagem positiva nas capas por meio da ideologia e dos efeitos de sentido.

### **Referências**

ARRUDA, José Jobson; PILLETI, Nelson. **Toda a história:** História geral e História do Brasil. São Paulo, SP: Editora Ática, 1996.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto.** 4ª edição, 9ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 2010.

CARTA, Mino. **Dois aniversários em um.** Revista Carta Capital, São Paulo, Ano 17, n. 660, p 14, 24 ago. 2011.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto:** a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso.** 13ª edição, São Paulo: Contexto, 2005.

GARCEZ, Cadiani Lanes. **Carta Capital e a construção da imagem de Dilma Rousseff:** o pleito eleitoral de 2010 nas capas da revista. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. **A privatária tucana.** São Paulo: Geração Editorial, 2012.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Elementos de semiótica da comunicação:** quando aprender é fazer. Bauru, SP: Edusc, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-graduação do Instituto de Psicologia da PURCS. 8ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VERÓN, Eliseo; tradução de Vanise Dresch. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.